



Revista  
Symposium

# A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO POR CAIO PRADO JÚNIOR: contexto, epistemologia e hermenêutica de um clássico da historiografia brasileira.

Vera Borges de Sá<sup>1</sup>

**Resumo:** A Formação do Brasil Contemporâneo por Caio Prado Júnior: contexto, epistemologia e hermenêutica de um clássico da historiografia brasileira. O artigo consiste numa caracterização da obra de Caio Prado Júnior, escrita em 1942, intitulada Formação do Brasil Contemporâneo, que busca explicar as origens históricas da nação, compreendendo a evolução econômica e política do Brasil, desde a colônia até o nosso século. É uma explicação referendada nos conceitos de tradição marxista, perspectiva historiográfica até então inexistente, em que o Estado e as classes sociais ganham dimensão nessa abordagem. Para situar a importância desse trabalho, destacamos aqui não apenas seu conteúdo, mas delineamos também o momento em que foi escrito, suas teses e validação lógica, bem como a natureza do estilo narrativo em que ingressa o autor nas páginas de tão inédita visão histórica brasileira. Assim, a resenha cede lugar a

três elementos na análise de sua obra. O primeiro desses aspectos é o contexto da época em que circunscreve o texto. O segundo é a epistemologia, ou os aspectos críticos de conteúdo científico desse escrito. O terceiro, e último, é a hermenêutica, ou a abordagem do sentido das palavras, reveladas na interpretação da história que faz Caio Prado Júnior. **Palavras-chave:** povoamento, nação, nacionalismo, política e economia.

**Abstracts:** The paper examines Caio Prado Junior's *The Formation of Contemporary Brazil*, written in 1942, with a view to explaining the historical origins of Brazil. It covers the period of economic and political evolution from colonial times to the 20th century. The book shows an evolution based on the concepts of Marxist tradition, that is, a historiographical perspective not in existence until its publication. This perspective underscores the growing impact of the State and the social classes. To show the importance of this work, we emphasize not only its content, its principles (theses) and logical validation but also the moment when it was written, and the nature of the author's narrative style in setting out a profoundly new vision of Brazilian history. Therefore this paper stresses three points: The first one is the period context in which the work was written. The second one refers to epistemology, e.g. the critical aspects of scientific content. And the last one is hermeneutics, which means an approach to the meaning of the words according to Caio Prado Júnior's interpretation of history.

**Key words:** Settlement, nation, nationalism, politics, economics.

## 1 - ANÁLISE CONTEXTUALISTA

**C**aio Prado Júnior nasceu em São Paulo, capital do Estado, em 11 de fevereiro de 1907. Era filho de Caio da Silva Prado e Antonieta Penteado da Silva Prado. Fez seus estudos primários em casa, com professores particulares, como era comum nas famílias aristocráticas da época. Coursou o secundário no Colégio São Luís, um famoso instituto de jesuítas, localizado em São Paulo.



Sua formação profissional era de historiador, economista e filósofo. Na área de história, realizou suas obras mais importantes. Militou na política desde 1928, em 30 e 32, na criação do Partido Democrático, revolução e movimento constitucionalista em São Paulo; em 1935, na Aliança Nacional Libertadora e no Cotidiano do Partido Comunista, desde 1931. Foi um intelectual dedicado simultaneamente à política e aos escritos, tendo-se dedicado, mais efetiva e reservadamente, às publicações nos anos que se seguiram ao regime militar no Brasil. Morreu em 1990, aos oitenta e três anos, na discrição e simplicidade em que soube cultivar como homem pertencente a uma classe abastada, mas responsabilmente comprometido com as classes trabalhadoras ao longo de toda a sua vida.

No último trabalho de Florestan Fernandes, intitulado “A Contestação Necessária”<sup>2</sup>, e que foi publicado como obra póstuma, há um capítulo dedicado a Caio Prado Júnior, em que o reconhece como sendo um símbolo de rebeldia moral que soube romper com a ordem social existente de sua época. Talvez essa seja uma das visões sobre Caio Prado Júnior das mais representativas.

Florestan lembra que a efervescência intelectual e política reinante na cidade de São Paulo nos anos 20, época em que essa cidade despontava como a única tipicamente burguesa do Brasil, era a de um clima em que transparecia a postura de inconformidade de mentes sensíveis, a inquietude dos operários com o contexto social e a de intelectuais progressistas que se colocavam repugnados diante da miséria, exploração e opressão. Por esses aspectos, a época foi profícua de rebeldes, como reconhece Florestan, ao citar a importância de Oswald de Andrade, Pagu e outros modernistas que ergueram a bandeira da antropofagia e do inconformismo político, através de um tipo de condenação sarcástica e simbólica às omissões imperantes. Contudo, para ele, entre os nascidos na elite, ninguém melhor do que Caio Prado Júnior teve a tenacidade, congruência e disposição em assumir até o fim, e de forma radical, uma rebeldia que passou a ser

moral por se definir de forma contínua, ao longo de sua vida, como eminentemente comunista.

Contrapondo Caio Prado Júnior ao movimento modernista, Florestan considera que, enquanto o modernismo é movimento oscilante em suas manifestações de iconoclastia, a atitude de Caio Prado, em sua visão, é acelerada e contínua, percorrendo uma rápida passagem do radicalismo democrático-burguês para a oposição intransigente proletário-comunista. Sobre as rápidas transições de Caio Prado, ele escreve: “mantendo-se na mesma posição de classe, inverteu as baterias de seu combate e tornou-se um militante, um político de proa (em 1935, já era vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora) e, reiterando a troca de identidade, em 1947 tornou-se deputado por São Paulo (aliás um deputado renovador e exemplar).” (Cf. Fernandes, 1995: 79).

Caio Prado Júnior, na verdade, faz parte do florescer da inteligência brasileira que buscou explicar as raízes do Brasil, não mais enfatizando os heróis individuais, mas a partir de análises de conjecturas em que os grupos políticos, segmentos de raça e classe têm um papel privilegiado na explicação da história. Sabe-se que até 1930 a historiografia e as ciências sociais brasileiras estavam dominadas pela presença de “heróis nacionais” bem como por preconceitos antropológicos como a “superioridade racial” do homem europeu. Essas idéias começaram, porém, a ser contestadas com os escritos de Rocha Pombo, Euclides da Cunha, Paulo Prado, Oliveira Viana, entre outros, nos mesmos anos 20.

A partir da Revolução de 30, a historiografia assume uma diferente maneira de pensar o Brasil. Em 1933, são publicados dois livros que irão marcar gerações intelectuais posteriores, Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, e Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Júnior. Essas obras, juntamente com Raízes do Brasil, publicada em 1936 por Sérgio Buarque de Holanda, representam uma perspectiva oposta aos escritos dos pensadores da República Velha. (Cf. Nosso Século, v. 3, 1980: 160).

Caio Prado Júnior aparece, nesse momento, como intelectual que, influenciado pelo clima fecundo de discussões nacionalistas, vai procurar também as origens históricas de sua nação para compreender a evolução política e econômica do Brasil, em moldes de tradição marxista, em que o Estado e as classes sociais ganham dimensão na abordagem, perspectiva historiográfica, até então, inexistente.

Para entender a emergência de Caio Prado Júnior, enquanto inteligência de uma época de transformações políticas marcantes no curso da história da nova República, como foram os anos 30, necessário é lembrar acontecimentos na literatura e na arte daquele momento, além de acontecimentos políticos que perfizeram influências simultâneas naquelas mudanças assinaladas no Brasil.

### 1.1 LITERATURA E ARTE NOS ANOS 30

Em 1930, a literatura brasileira vivia uma crise, conseqüência do abalo provocado pelo movimento modernista representado pela Semana de Arte Moderna de 1922, que pôs em cheque as estruturas do academicismo anterior, ao tentar introduzir novas técnicas estrangeiras de influências do Surrealismo e do Futurismo, do cinema à sociedade brasileira.

Nos debates dos anos 30, os escritores se polarizaram em duas tendências de projetos nacionalistas. A primeira, caracterizada por um programa autoritário de direita, denominado de verde-amarelismo, cujos representantes eram Plínio Salgado e Menotti del Picchia. A segunda era um programa de esquerda que punha em relevo a questão social. Representava esse programa Oswald de Andrade. Tal tendência ficou conhecida como antropofagia.

A Semana, apesar de ter escandalizado a “alta sociedade” paulista, continha os germes da contradição, pois não deixava de ter a presença de figuras consideradas aristocráticas, tais como Paulo Prado e Olívia Guedes Penteado, nos sa-

lões onde floresciam as sementes modernistas. Mário de Andrade houvera feito uma autocrítica ao Modernismo, ponderando o seguinte: “Nós éramos os filhos finais de uma civilização que se acabou”. Não nega, porém, a herança deixada pela Semana de 22: “a conquista do direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional”. (Cf. *Nosso Século*, 1980: 162).

Os temas nacionalistas vão dominando a literatura e procurando uma identidade em personagens históricos como o negro, o índio, o caipira, a paisagem dos canaviais nordestinos, dos cafezais do Sul. Nos anos 30, temas que haviam sido delineados na década de 20, vão sendo sugeridos como resolução ao impasse gerado pelo Modernismo - importação de estilos numa representação nacionalista de esquerda ou uma literatura de puro nacionalismo direitista. Ressurge, então, o fascínio pelas lendas indígenas que já se houvera infiltrado na criação de modernistas como Oswald de Andrade, com seu poema *Pau-Brasil*; Mário de Andrade, com sua obra *Macunaíma* (1928); Cassiano Ricardo, com *Martim Cererê* (1928); Raul Bopp, com *Cobra Norato* (1931); e Vila-Lobos com sua música. Assim é que se move uma preocupação em desvendar o Brasil no plano artístico, colocando como pauta fundamental o regionalismo e a crítica social. Percebe-se, nesse momento, a influência da sociologia e antropologia, que desvendavam a massa anônima de raças formadoras da nacionalidade e dos trabalhadores do campo e da cidade, que passam a ser percebidos como elementos, também, construtores de um projeto de civilização ou de urbanismo, este já intenso nos anos 30.

É interessante ressaltar a literatura proletária emergente nos anos 30, que vai comparecer ao lado da literatura que problematizava a miséria dos sertões. O tema da vida operária vai preferir ter por enfoque a miséria das cidades. Os romances proletários descrevem a vida daqueles cuja única propriedade era sua prole, tendo por objetivo retratar o cotidiano dos oprimidos do



contexto urbano ou do campo, como miseráveis que seriam frutos do capitalismo. São escritores desse estilo Patrícia Galvão, Ranulfo Prata, Dalcídio Jurandir e Jorge Amado.

Patrícia Galvão (Pagu) publicou em São Paulo, 1933, a obra *Parque Industrial*, com o pseudônimo de Mara Lobo. Nesse trabalho, ela descreve a vida dos tecelões do bairro paulista do Brás. Aborda, então, a vida daqueles que ela chama de “os filhos naturais da sociedade”, isto é, todo tipo de operário e de empregado do comércio, incluindo ainda os do pequeno funcionalismo público. Sua narrativa de cunho notadamente marxista é considerada próxima do chamado “realismo socialista” por relatar as lutas dos operários, os quais, na sua visão, estavam divididos entre não-politizados e militantes ativos. Em 1937, Ranulfo Prata publica a obra *Navios Iluminados* revelando as dificuldades cotidianas dos trabalhadores do Porto de Santos. A obra *Chove nos Campos de Cachoeira*, de autoria de Dalcídio Jurandir, publicada em 1941, por sua vez, retrata desventuras do campo paraense. Já o estilo poético de Jorge Amado, impresso na sua literatura, irá mostrar como vive a gente miserável da Bahia a partir de uma série de romances: *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1936), *Capitães da Areia* (1937), *Terras do Sem-Fim* e *O Cavaleiro da Esperança* (biografia de Luís Carlos Prestes), ambos escritos em 1942.

Os enfoques intimistas também permearam a literatura na década de 30, ao lado de escritos regionalistas e proletários. Escritores desse estilo são aqueles preocupados em descrever o mundo interior da criatura humana. Destacam-se Lúcio Cardoso, com a obra *Maleita* (1934), Clarice Lispector preocupada em denunciar a racionalidade desenvolvida pelo homem e o distanciamento de si mesmo e do sentido da vida; e, em 1942, aos 17 anos, publica *Perto do Coração Selvagem*.

Esse contexto de intelectualidade não fará de Caio Prado Júnior um homem fora de seu tempo, ao contrário, alguém que estará inserido na

vanguarda da inteligência, buscando escrever a história do Brasil a partir de suas diferenças e contrastes, apoiando-se na sociologia, economia, antropologia e geografia como ciências sociais que se impunham naquela época.

### 1.2 CAIO PRADO JÚNIOR E A POLÍTICA DE SUA ÉPOCA

Em 1930, a população brasileira era de aproximadamente 37 milhões de pessoas, e 70% ainda viviam no campo. Vivenciava-se a crise do café em razão do “crash” da Bolsa de Nova York, afetando o nível das exportações desse produto para os Estados Unidos, que, uma vez não comprando o nosso café, favorece a queda vertiginosa do preço de suas sacas. Em 1929, a saca estava cotada a 200.000 réis; em janeiro de 1930, caiu para 21.000 réis. (Cf. *Nosso Século*, 1982:VIII).

Nesse mesmo momento, a política se arma para as eleições que aconteceriam em março. Em janeiro de 1930, é publicada a plataforma da Aliança Liberal por parte da oposição, que lança o gaúcho Getúlio Vargas para a Presidência da República e, para a vice candidatura desse cargo, o paraibano João Pessoa. Os candidatos da situação propostos pelo presidente Washington Luiz são os paulistas Júlio Prestes, para presidente, e Vital Soares, para vice. Em março, realizam-se as eleições presidenciais, e Júlio Prestes vence, deixando no descontentamento as forças que apoiavam Getúlio.

É de bom alvitre lembrar que Caio Prado Júnior apoiou ideologicamente, bem como na sua militância, a candidatura de Getúlio Vargas. Escreve Francisco Iglesias (1982:13) que o jovem Caio, uma vez inscrito no Partido Democrático em 1928, vai atuar intensamente, prezando a sua primeira experiência política. Ou seja, ele se filiou ao partido criado como oposição ao Partido Republicano - o P.R.P.<sup>-3</sup>, que mantinha a tradição e os vícios da política clientelística e oligárquica, e contra a qual os tenentes já em 22 se houveram manifestado. Nesse partido, Caio Prado Júnior não teve cargos de relevo, mas notória atuação. Como

um militante ativo, colaborou na organização de entidade nos bairros da capital e no interior do Estado, em serviços de rotina e em comícios.

Note-se que o principal empenho do Partido Democrático foi na Campanha Liberal em prol da candidatura de Getúlio Vargas e contra a candidatura de Prestes. Não é de se espantar que Caio Prado Júnior, como assíduo militante, tenha trabalhado intensamente contra o Republicano Paulista nas bases populares. Sobre seu perfil entusiasta, Iglesias (1982:14) narra o episódio acontecido numa cerimônia da candidatura oficial, na presença de Júlio Prestes e do oficialismo federal e estadual, quando Caio Prado Júnior deu um viva a Getúlio Vargas, ousadia que lhe valeu a prisão. Por sinal, a primeira de uma série delas relacionadas ao seu nobre radicalismo político.

Ao que consta, a dedicação de Caio Prado era exclusiva à política. Ele trabalhou na ligação de conspiradores, no estímulo aos hesitantes, na sabotagem de vias de comunicação que seriam usadas por forças destinadas a destruir o avanço das forças revolucionárias que viriam do Sul. Com a vitória da revolução que levou Getúlio ao poder em outubro de 1930, como chefe do governo provisório, Caio Prado Júnior foi pleiteado para desenvolver atividades no interior do Estado. Com a organização de delegacias revolucionárias para apurar erros e desvios do passado, que procederam a grandes inquéritos, foi mandado a Ribeirão Preto, lá passou três meses. Trabalhou bastante, então, dando-se conta de que não se chegaria a lugar algum, e foram os inquéritos arquivados.

A falta de programa político dos vitoriosos, os choques entre políticos tradicionais e a vanguarda dos tenentes desiludiram o moço revolucionário, que, em 1931, se torna membro do Partido Comunista, força atuante de pouca expressão numérica, mas com programa radical. Tal escolha há de lhe marcar a vida inteira e ser ponto de destaque para todo aquele que evoca seu perfil. Como comunista recente, entregou-se ao trabalho de organização do proletariado. A

militância lhe punha em contato com gente bem diversa daquela com quem vivera. Ele representava o homem de alta burguesia misturando-se ao povo, mais especificamente, ao operariado.

Em 1932, inclinado para a esquerda, ficou contra os revoltosos de 32, porque via como perigo a restauração da ordem antiga. Interessava-se cada vez mais pelo Partido Comunista, mas, raramente pelos cargos expressivos. Foi militante comum trabalhando na organização das bases. Fez uma visita à União Soviética para conhecer a primeira experiência comunista, fato marcante em sua vida e que registrou com um livro.

Na primeira metade dos anos 30, o Brasil vive as lutas políticas de conotação ideológica. A pregação da direita se faz atuante e intensa através da Ação Integralista Brasileira, como há a da esquerda menos espetacular, e o governo caminhando para tendências tradicionais. A direita tem a ajuda da Igreja e da burguesia emergente, enquanto a esquerda tem a perseguição das forças estabelecidas e apoio do povo mais simples. A Constituinte de 34 e a eleição indireta de Vargas para presidência da República vão mostrar um quadro de dissensões em que o próprio Getúlio ora se apóia na direita, ora nos políticos de esquerda.

Em 1935, a esquerda consegue formar, através de um movimento amplo, a Aliança Nacional Libertadora, que tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes, que custara aderir ao partido comunista. A trajetória acidentada da ANL pela interpretações equivocadas de seus líderes, os levantes armados no Nordeste e no Rio sem perspectiva de êxito foram fermento para que reforçasse a reação e ato prol golpe em 37, com características marcadamente fascistas no Brasil, num momento em que a direita ascendia em várias partes do mundo.

A ANL teve expressividade em São Paulo, mesmo não se chegando aí à luta armada. Miguel Costa, ex-comandante da Coluna Prestes, foi seu



presidente e Caio Prado Júnior seu vice-presidente, estando, pela primeira vez, num cargo de relevo. Em 1935, a Aliança é perseguida e, em julho desse mesmo ano, já havia sido fechada oficialmente. Caio Prado foi preso junto com outros chefes do movimento, e isso lhe anunciava dois anos de cadeia. Passado algum tempo, readquire liberdade e vai embora para a Europa, quando, pouco tempo depois, começa o Estado Novo dando prosseguimento a uma série de repressões. Pelo menos, havia-se retirado no momento certo.

Aos esquerdistas ou mesmo liberais só restara o ostracismo ou o exílio. Caio Prado escolhe o exílio. Ao sair da cadeia, vai para a França, onde atuará politicamente, no Partido Comunista desse país, que na época tentava auxiliar os republicanos espanhóis que fugiam do ditador Franco na Espanha e da guerra civil espanhola. Caio terá participação na organização destinada a facilitar passagem clandestina na fronteira França/Espanha, como estrangeiro conhecedor das línguas francesa, inglesa e espanhola.

Às vésperas da segunda guerra, com o Estado Novo reinante, mesmo assim, Caio decide regressar ao Brasil. Em 1939, exerce militância política reservada, pois o partido estava na clandestinidade e a repressão era acirrada, tanto quanto o policiamento.

Com as mudanças políticas de 45, Vargas é forçado a sair em outubro desse mesmo ano e, sob governo dirigido pelo judiciário, são realizadas eleições para a Assembléia Constituinte e para a presidência da República. O Partido Comunista disputa as duas. Para a Constituinte, o partido faz 15 deputados e um senador. Em eleição de janeiro de 47, para os legislativos estaduais e suplementar para a Câmara Federal, faz mais dois deputados. Também em São Paulo, a bancada comunista é expressiva e para ela Caio Prado foi eleito, juntamente com seis companheiros. Como Deputado estadual será incansável atuante. Um processo na Justiça declarou o partido fora da lei, e a participação comunista no parlamento, singular e assustadora para muitos, durou apenas um

ano. Com mandato cassado em 1947, ao lado de outros parlamentares comunistas, não se deixou levar pela derrota e continuou seu trabalho num âmbito mais restrito. Gostava de dizer que o que o partido lhe deu foi o senso de igualdade diante dos operários. Até 1982, Caio Prado Júnior vivia em São Paulo, levando uma vida recatada, pouca aparição e sem participação em grupos literários. Dava entrevistas quando solicitado, fazia conferências ou pequenos cursos a pedido de alunos. Tinha dedicação exclusiva a seus livros, reeditando artigos e publicando novos títulos. A atividade para ele não deveria ser objeto de promoção, por isso a reclusão à vida intelectual, fazendo da filosofia sua paixão constante. Por isso, com tanta propriedade Florestan Fernandes compararia sua vida política e intelectual como sendo, antes de tudo, uma “rebelião moral” por ter sabido fazer suas rupturas, inclusive de classe.

### 1.3 CAIO PRADO JÚNIOR E SEUS ESCRITOS

A estréia de Caio Prado deu-se em 1933, com um ensaio intitulado *Evolução Política do Brasil*. Dividida essa obra em quatro partes, dedicou duas delas à Colônia, uma à Revolução e uma última ao Império. Explana a idéia sobre o feudalismo brasileiro como figura retórica para se compreender a economia da nação e a da Europa medieval, além de lançar como chave de compreensão ao estudo do Brasil a questão do latifúndio, que buscava entendê-la no período colonial.

O segundo livro de história de Caio, e que, neste trabalho, vamos abordá-lo como objeto de estudo epistemológico e hermenêutico, é *Formação do Brasil Contemporâneo- Colônia*, publicado em 1942.

Em 1945, publica outro livro de história intitulado “*História Econômica do Brasil*”, com o intuito de atender às necessidades do público presente nos cursos de História, Ciências Sociais e Ciências Econômicas.

Caio Prado também publicou escritos de

outras especialidades. Dois foram livros de viagens: um escrito em 1934, logo após sua volta da União Soviética, intitulado U.R.S.S., Um Novo Mundo; outro escrito após sua viagem à União Soviética, novamente, e à China em 1960. Dessa forma, em 1962, publica *O Mundo do Socialismo*. É menos uma descrição de viagem que o debate de problemas comunistas.

Afora suas atividades de escritor, Caio Prado Júnior foi editor de livros, por ter fundado a Editora Brasiliense. Foi antes mesmo de ser deputado que ele se dedicou aos negócios, criando a Livraria Brasiliense, também Editora de amplas atividades. Sem gosto por atividades empresariais, mesmo assim uniu-se à editora famosa, que era a Urupês, publicando intensamente. Na verdade, quem acabou por assumir os negócios da editora foram seu filhos. Em 1955, criou a *Revista Brasiliense* cujo primeiro número surgiu em setembro-outubro daquele ano. Essa revista sairá por muitos anos debatendo os problemas políticos diários, em especial do Brasil, bem como conseguirá reunir em torno dela intelectuais da melhor qualidade. A revista publicou cinquenta e um números; suspendeu o aparecimento pelo clima da ditadura instaurado em 1964, com o golpe militar. O número 52, correspondente a março de 1964, já pronto, foi destruído pelos militares, que puseram fim, então, à *Revista Brasiliense*.

## 2 - ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA

A obra de Caio Prado Júnior intitulada “Formação do Brasil Contemporâneo” foi publicada em São Paulo, em 1942. Para Dante Moreira Leite<sup>4</sup>, essa é a obra de Caio Prado mais importante, em razão de apresentar uma interpretação global positiva sobre o Brasil, mesmo que ele não tenha dado continuidade à obra como pretendia. As fontes pesquisadas mostram toda a minuciosa reflexão e paciente compilação do autor, que produziu um original trabalho, marcando seu estilo cuidadoso em não ser generalista nas abordagens que faz sobre o Brasil-colônia. A cada capítulo, sente-se um Caio Prado preocupa-

do com informações que mostrem as diferenciações regionais como algo que faz parte da mesma lógica de colonização agro-exportadora. São fontes, por sua vez, primárias e secundárias, mas bem observadas por Iglesias (1982: 25), como sendo impressas e não retiradas de arquivos onde os documentos estariam soltos. Aliás, isso não diminui em nada o magistral trabalho de Caio Prado Júnior. Muito pelo contrário, a meu ver, mostra como soube ordenar essas fontes já publicadas. São escritos de viajantes, Atas de Câmara já publicadas, Almanques Históricos referentes às cidades brasileiras, Anais, Apontamentos biográficos, Cartas de governadores, Cartas de vice-rei, Cartas econômico-políticas sobre agricultura e comércio das capitânicas, a obra de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala*, Diários de Viagem, Discursos, Dicionários de botânica, Ensaio econômicos, Legislação portuguesa, literatura, Memórias referentes a assuntos variados, Ofícios, entre outros.

Constituída de três partes, essa obra tornou-se famosa exatamente pela sua introdução cujo título é o “Sentido da Colonização”. As demais partes do livro são intituladas “Povoamento”, “Vida Material” e “Vida Social”.

Nessa introdução, o autor deixa clara sua tese sobre a formação do Brasil, numa análise que se tornou clássica como fundamento para discussões e debates em salas de aula. A tese é a de que o Brasil contemporâneo se define pelo seu período colonial, que se balanceia e se encerra com o século XVIII, mas as transformações que se operaram sucederam no decorrer do decênio anterior a este e no atual. Considera que, naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana divergente da nativa, isto é, dos indígenas e suas nações, como também da dos portugueses, embora em menor escala a dos portugueses que empreenderam a ocupação do território.<sup>5</sup> Ou seja, para ele, o passado colonial está presente no Brasil de hoje, mesmo em parte esse passado modificado.



No plano econômico, por exemplo, considera que o trabalho livre não se organizou completamente em todo o país (em relação à época que escreveu). Percebia que, em muitos setores, havia um ajustamento em pleno vigor, um esforço razoavelmente bem sucedido naquela direção, mas conservando traços bem vivos do regime escravista que o precede. Por isso, afirma repetidamente que não está completa ainda a evolução da economia colonial para a nacional. No social, a mesma coisa. Verifica que as relações de classe ainda conservam seu cunho colonial. Essas diferenças profundas dividem a população rural entre nós, brasileiros, como se fossem categorias díspares. Disparidade que se mostra não apenas no nível material da vida, já inteiramente desproporcionado, como também no estatuto moral respectivo de umas e outras e que nos dá uma idéia do passado. Para Prado Júnior, os depoimentos dos viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do século passado são extremamente atuais. Percorrer o Brasil de hoje significa ser pego na surpresa de poder encontrar aspectos que só se imagina existirem nos livros de história. Isso, para ele, não significa apenas reminiscências anacrônicas, mas fatos profundos que se encadeiam na corrente histórica do presente com o passado recente.

O que Caio Prado Júnior defende é que os germes da organização social não são novos, mas, apesar disso, o Brasil padece dos mesmos males encontrados no século passado, sem que muita transformação tenha acontecido para remover tais problemas.

Mas, como perceber historicamente o sentido da colonização sugerido por Caio Prado, então? Ele responde que o sentido só é percebido observando o conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que constituíram a história de um povo num largo período de tempo. Sobre isso, afirma que este conjunto tem uma **linha mestra ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação** (Cf. Prado Júnior, 1963: 13). Todos os momentos e aspectos

não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja (Ibidem, p. 13). Aqui percebemos como Caio Prado Júnior concebe uma análise da história: como uma síntese. E, sobre o Brasil, considera que, por mais transformações ocorridas, o conjunto permanece quase que inalterado econômica e socialmente. Escreve a esse respeito o seguinte:

*“Não sofremos nenhuma descontinuidade no decorrer da história da colônia. E se escolhi um momento, apenas a sua última página, foi tão somente porque, (...), aquele momento se apresenta como um termo final e a resultante de toda nossa evolução anterior. A sua síntese. Não se compreende por isso, se desprezarmos inteiramente aquela evolução, o que nela houve de fundamental e permanente. Numa palavra, o seu sentido.”* (Ibidem, p.14).

E qual é o sentido da colonização? Caio Prado compara a nossa colonização com a das outras colônias americanas e deixa claro que a nossa procurou obter os produtos tropicais inexistentes na Europa, o que determinou a escolha apenas de certos produtos agrícolas aqui conseguidos, construindo fases de desenvolvimento e decadência dos mesmos, inclusive das diferentes regiões brasileiras. Ou seja, é consistente em afirmar que a nossa economia não estava dirigida para as necessidades do mercado interno, mas para as exigências do mercado europeu. Tal aspecto determinou o tipo de exploração do solo e de organização da produção que foi a grande propriedade monocultura e escravocrata, assim como as pequenas proporções da economia de subsistência que se destinavam ao consumo dos colonos.

## 2.1 A OBRA E SUAS PARTES

### 2.1.1 POVOAMENTO

Analisando por ora a composição das partes da obra aqui objeto de estudo, da autoria de Caio Prado, verificaremos algumas de suas argu-



mentações. Na parte relativa ao povoamento, aborda a distribuição do território da colônia, partindo da afirmação de que o povoamento só começou a penetrar o interior, de fato, no final do segundo século (XVII). Evoca Frei Vicente do Salvador, isto é, a obra desse religioso sobre a história do Brasil, mostrando que o franciscano já reclamava, em seu escrito, que os colonos se contentavam em arranhar as terras ao longo do mar como se fossem “caranguejos”. (Cf. Prado Júnior, 1963: 33). Dessa forma, parte do pressuposto de que a distribuição pelo território da colônia teve povoamento irregular, havendo apenas alguns núcleos bastante densos. Afirma que, de forma geral, guardada as devidas proporções quantitativas, o aspecto do território, em termos de povoamento, é praticamente o mesmo. Há uma semelhança, principalmente, a seu ver, entre o povoamento no século XIX e a atualidade do início dos anos quarenta, quando foi escrita a obra. Sobre isso afirma: “Salvo o adensamento posterior, a estrutura geral do povoamento continua mais ou menos a mesma; excetuando-se apenas a remodelação que sofreu o Sul e o Centro-Sul do país, bem como esta região dos altos afluentes do Amazonas, que hoje forma o Território do Acre, e que não fazia parte ainda do Brasil, nem se achava ocupada. Afora isto, pouca é a diferença”. (Ibidem, p. 30).

O autor esclarece sobre os fatores que teriam determinado essa disposição para o povoamento irregular. O primeiro deles foi a extensão da costa que coube a Portugal na partilha do Tratado de Tordesilhas com os espanhóis, o que o obrigou a uma ocupação e defesa eficientes, assumindo, assim, uma colonização simultânea em vários pontos dela. Outros fatores teriam sido o bandeirismo “predador de índios e prospectador de metais e pedras preciosas”, que abriu o caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente. Também a exploração das minas, descobertas sucessivamente nos últimos anos do século XVII, contribuiu para fixar núcleos estáveis e definitivos na área central do país (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso.) Acrescenta que as missões também contribuíram

para o povoamento se circunscrever a certas áreas, a exemplo do extremo-norte da bacia amazônica, que foi ocupada pelas missões católicas catequisadoras, precisamente pelos padres da Companhia de Jesus; além da colonização leiga que aí se estabeleceu para explorar produtos naturais da floresta amazônica como o cacau, a salsaparrilha e outros.

Quanto ao povoamento interior, ressalta que correntes migratórias se movimentavam continuamente, ocupando o território, saindo de um lugar e se estabelecendo em outro. Ou seja, ocupavam-se novos territórios até então desertos, abandonavam-se outros já devassados; a população refluía de um para outro ponto, adensando-se nalguns, reduzindo-se em outros. Como síntese da evolução do nosso povoamento, argumenta que, basicamente, há três grandes fases. A primeira se inaugura com a colonização e vai até fins do séc. XVII. Essa representa, a seu ver, o período de ocupação inicial caminhando para o estabelecimento dos portugueses na colônia. Compreende a ocupação do extremo litoral, desde o Amazonas (1616) até o Rio da Prata; para o interior, a penetração dos sertões do Nordeste pelas fazendas de gado, e a ligeira infiltração pelo vale acima do rio Amazonas. Afora isso, apenas a modestíssima ocupação do bordo oriental do planalto meridional em São Paulo e no Paraná. A segunda fase seria a do século XVIII, que se abre com a revolução demográfica em busca da descoberta do ouro nas Minas Gerais, seguidas por Mato grosso e Goiás. Formam-se núcleos de origem mineradora e neles vai se concentrar grande parcela da população colonial. Também favorece esse fluxo a decadência da pecuária nos sertões do Nordeste, assolados pela seca, e o florescimento dela no Extremo-Sul da colônia. Esse conjunto de fatores vai provocar uma redistribuição do povoamento. Finalmente a terceira fase, marcada a partir de finais do século XVIII e adentrando-se pelo século XIX, constitui-se como uma perpetuação de correntes migratórias para o sul e, sobretudo, para o planalto paulista indo refazer a economia paulista uma vez decaída pela fase da mineração. Territórios vir-



gens são devassados e ocupados; novas atividades se iniciam, e o café, principalmente, começa sua grande trajetória que transformaria o país no correr do século em curso. O eixo econômico do Brasil se desloca definitivamente para esse setor. Assim, escreve: “A mineração o levará do norte açucareiro para o Centro do território da colônia. Ele se fixará agora neste setor que compreende as capitânicas do Rio de Janeiro e S. Paulo, e as regiões de Minas Gerais limítrofes destas.” (Ibdem, p. 78).

O terceiro capítulo da primeira parte é uma discussão sobre os cruzamentos raciais no Brasil e o lugar que passaram a ocupar os indivíduos nascidos na colônia. Percebemos nesse capítulo o uso do conceito “progresso material”, para denominar o nível do acréscimo ou decréscimo da população indígena aldeada e a forma como vai ser empregada no projeto português de colonização. Considera que o índio foi o problema mais complexo que a colonização teve de enfrentar, pois diferentemente da colonização norte-americana, aqui o que se tinha em vista era aproveitar o índio na obra colonizadora. Os colonos viam no índio um fornecedor de produtos nativos, mas, especialmente um trabalhador aproveitável; a metrópole via como um povoador para a área imensa que tinha de ocupar, muito além de sua capacidade demográfica.

O resumo do panorama étnico brasileiro em princípios do século passado é que havia um predomínio de mestiços dominando em geral o cruzamento de branco com pretos. Sobre estes estão dispostos os grupos originais das três raças formadoras (brancos, predominantemente portugueses, índios e negros), sendo alimentados continuamente por novos contingentes, que são pequenos no caso dos índios, e por isso esse grupo se reduz e vai desaparecendo. Considerável volume de contingente negro cresce também já que a mão de obra no Brasil era oficialmente escrava até o final do século passado. A afluência migratória de brancos se avoluma depois da abertura dos portos em 1808, quando, a par dos portugueses, começam a chegar indivíduos de outras na-

cionalidades. Mas, até a extinção do tráfico africano em 1850, essa população branca permanece aquém da de negros. Tal deficiência em parte é compensada com a multiplicação do elemento branco, em razão do favorecimento das imigrações desse povo, mais regular na organização familiar e constituído de um contingente de mulheres bem mais numeroso.

Do ponto de vista da posição social das raças, o preto e o índio afluirão para as camadas inferiores; o branco, para as camadas mais elevadas - se não sempre de início, quando chegam desprovidos de recursos, pelo menos, mais tarde. A tendência para ascensão é geral, argumenta Caio Prado Júnior (1963:106-107), o que não se verifica no caso do negro ou do índio. Só muito mais tarde, e em áreas restritas do país, começará o imigrante branco a afluir em grandes levas para as camadas inferiores da população e nelas permanecer.

### 2.1.2 VIDA MATERIAL

A segunda parte da obra, denominada “Vida Material”, contém capítulos referentes aos temas: Economia, Grande Lavoura, Agricultura de Subsistência, Mineração, Pecuária, Produções Extrativas, Artes e Indústrias, Comércio, Vias de Comunicação e Transporte. É com minúcia e acuidade que Caio Prado Júnior escreve esses temas, de forma exaustiva e economicista, num estilo inigualável que demonstra uma habilidade no trato com fontes as mais variadas que foram por ele pesquisadas.

O capítulo intitulado Economia, basicamente, é um preâmbulo daquilo que ele irá discutir a respeito dos aspectos materiais. Nesse, ele reforça sua tese sobre o sentido da colonização, uma vez exposto na introdução do livro, ou seja, de que tal sentido é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância, constituindo uma economia subordinada inteiramente a esse fim. Sendo esse capítulo o fundamento das suas argumentações sobre o que cha-

ma de “vida material”, aproveito a oportunidade, em que o estou analisando, para mostrar como nele se definiam os conceitos-chave da obra como um todo. Considero que ele (o capítulo) é revelador do que o autor chama de “estrutura material do Brasil-colônia”, como também da teoria presente no livro. Tanto é assim que o autor traz à lume novamente a tese apresentada na introdução, como se esse texto fosse, de fato, para ele, o fundamento da obra. Assim, tomo como ponto de referência a idéia de que o capítulo representa toda a base argumentativa do livro, para afirmar que esse núcleo se constitui como sendo uma análise enfaticamente econômica da história do Brasil, sobretudo, ancorada no estilo marxista. Os conceitos ressaltados no capítulo são: *unidade produtiva, organização do trabalho, estrutura econômica, organismo reprodutor, sistema organizado da produção, distribuição de recursos, subsistência material, funcionamento, evolução, consequência final, necessidade, etc.*

Assim, nesse capítulo, podemos pontuar, nas idéias elaboradas, alguns desses conceitos de sentido marxista. Quando, por exemplo, o autor argumenta que a monocultura foi a grande propriedade tropical, ele não afirma que foi apenas isso, mas que tal acontecimento era uma condição intrinsecamente necessária, isto é, algo fadado a se realizar ou, em outros termos, determinado a acontecer sob aquelas condições. Veja-se a seguir: “A monocultura acompanha necessariamente a grande propriedade tropical; os dois fatos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial e por isso altamente lucrativos.” (Ibidem, p. 116). O conceito de necessidade ainda aparece para explicar a escravidão, como condição de trabalho presente na monocultura. É este o trecho:

*“Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não só Portugal não contava população suficiente para abastecer sua colônia de mão de obra, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos em princípio, para se engajar*

*como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais.” (Ibidem, p. 116).*

Prado Júnior percebe a estrutura econômica do Brasil-colônia como questão agrária de fato, que, apoiada no latifúndio, na monocultura e na escravidão formaram um único sistema, fundamento das relações econômico-sociais. A idéia de unidade e complementariedade é aplicada à interpretação que faz do sistema produtivo do Brasil-colônia. Isso pode ser detectado no trecho a seguir:

*“Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a grande exploração rural, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; isto é que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira.” (Ibidem, p. 117).*

Toda a instabilidade da colônia em termos econômicos é apreciada como uma lógica encadeada nas suas partes, e não como algo de per si, explicado apenas a partir de seus fracassos enquanto ciclos econômicos compreendidos isoladamente. A idéia de estrutura, de organismo e de processo evolutivo da economia brasileira pode ser percebida na conclusão, do capítulo referido, que tece o Autor:

*“Da economia brasileira, em suma, e é o que devemos levar daqui, o que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um lado, na sua estrutura, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão de obra. Doutro lado, no funcionamento, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. finalmente, na sua evolução, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espa-*

*ço, dos recursos naturais do país. É isto a economia brasileira que vamos encontrar no momento em que ora abordamos sua história.” (Ibidem, p. 123).*

Os demais capítulos contidos, ainda, nessa segunda parte da obra, merecerão apenas algumas considerações. Quando aborda sobre a grande lavoura cultivando produtos para exportação, o que o autor argumenta é que esta representa o nervo da agricultura colonial e que a produção dos gêneros de consumo interno como a mandioca, o milho e o feijão, foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária. Toma como traço essencial das grandes lavouras a sua exploração em grande escala, ou seja, cada unidade produtora, conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma usina, uma organização coletiva do trabalho e mesmo especializações. Esse aspecto se observa, na sua visão, particularmente na produção do açúcar, na qual o engenho, com seu conjunto de máquinas e aparelhamentos, forma uma verdadeira organização fabril. (Cf. Prado Júnior, 1963: 137). No que se refere ao capítulo sobre a agricultura de subsistência desenvolvida no Brasil-colônia, é importante salientar que o autor a considera como representando um papel secundário e, por consequência, criando um problema, na sua visão, um tanto quanto grave, que era o do abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, em que a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra. Cita a Bahia e Pernambuco como exemplos de locais onde aconteceu um verdadeiro estado crônico gerador de carestia e crise de alimentos. Isso ocorreu, sobretudo, no momento da alta dos preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades e atenções se voltam para ela e as culturas alimentares são abandonadas. (Ibidem, p. 157). No capítulo dedicado à mineração, considera que essa exploração foi tão desastrosa quanto a da grande lavoura. Analisa os instrumentos utilizados no processo, a ignorância dos mineradores em tudo quanto se referisse ao seu ofício, exceto os conhecimentos empíricos adquiridos na experiência, como aspectos que contribuíram para que a mineração não passasse de uma aventura passageira que mal tocava um pon-

to, para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante. Descreve os locais de exploração da mineração; a forma de regime de trabalho extremamente rigorosa e disciplinarizada; a aparição de leis que perduraram até o Império e que tinham por objetivo preservar os locais de extração bem como garantir sua propriedade etc.; o contrabando que se fazia abertamente e as razões da decadência desse tipo de exploração. Sobre a pecuária, considera-a como pouco abordada na historiografia, mas como um dos mais importantes acontecimentos da história do país. Percebe esse setor econômico como ainda extremamente ligado ao passado, a se ver nas boiadas que palmilham o país, tangidas pelas estradas e cobrindo, no seu passo lerdo, as distâncias imensas que separam o Brasil. Percebe a pecuária como atividade separada completamente da cultura da terra e que se viu relegada para setores afastados e impróprios para a agricultura. O deslocamento das zonas criatórias para longe dessa área se verifica desde o início da colonização, citando o exemplo da Bahia, Pernambuco e São Vicente. Quanto ao capítulo sobre as produções extrativas, refere-se ao vale do Amazonas, cuja colonização não se entende sem verificar esta análise, assim o compreende. No vale amazônico, as formas de atividade se reduzem praticamente a duas: penetrar a floresta ou os rios para colher os produtos e capturar o peixe. Para isso o índio estava totalmente preparado. A organização do trabalho se faz esporádica e coincide com épocas próprias, contratando índios por um salário oficialmente fixado, segundo as leis protetoras pombalinas. No capítulo sobre artes e indústrias ou sobre as atividades que têm por objeto elaborar a matéria-prima, assinala que é nos centros urbanos do Brasil que as profissões mecânicas são mais numerosas. Destaque-se de sua narrativa a afirmação que faz sobre o fato de os artesãos se fazerem auxiliar por escravos e a existência de pequenas indústrias domésticas disseminadas pela colônia. As pequenas indústrias existentes eram as olarias para fabricação de telhas, tijolos e os curtumes disseminados nas regiões de grande comércio de gado: Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco. Sobre o comércio, ressalta que ele está em consonância

com o caráter da colonização, isto é, organizado para gêneros tropicais e metais preciosos. Dessa forma, o comércio externo é todo marítimo. Destaca que o contrabando era vultoso nas fronteiras do sul, por onde chegava ao Rio Grande do Sul. Sobre o capítulo das vias de comunicação e transporte, afirma que, no dobrar do século XVIII, elas estavam voltadas para o mar, predominantemente. Nesse caso, é a via marítima que determinava as formas de pequenos serviços autônomos de transportes que articulavam entre si os núcleos de povoamento. Observa que a via terrestre paralela oferece obstáculos intransponíveis e será sempre menos cômoda ou econômica que a do mar. Mas os transportes terrestres na colônia não se achavam entregues aos azares das circunstâncias como, por exemplo, as boiadas. Elas *“são entregues a um capataz que tem sob suas ordens os tocadores, um para cada grupo de 20 animais; assim seguem para seu destino em marchas de 3 léguas diárias em média”*. (Ibidem, p. 259).

### 2.1.3 VIDA SOCIAL

Esta parte compreende os capítulos “Organização Social”, “Administração”, “Vida Social e Política”. No capítulo referente à organização social, destaca que o que mais caracterizava a sociedade brasileira de princípios do século XIX, é a escravidão. Preocupa-se, portanto, em salientar com quais diferenças era a escravidão assumida nas colônias americanas, que, no seu entender, são mais singulares que as da escravidão, de maneira geral. Defende que, na América, por exemplo, o caráter da escravidão foi pior que na escravidão romana, pois, na colonização das Américas, foi considerado apenas o esforço físico quer do homem escravo, ou da mulher escrava; e desta, além do mais, seu uso sexual. Ressalta que em Roma o escravo não foi simples máquina de trabalho bruto e inconsciente, mas também contribuinte ativo da cultura dessa civilização.

No capítulo sobre a administração, critica a visão em que a administração portuguesa é interpretada como uma unidade. Sua tese é a de que a administração colonial nada ou muito pou-

co apresentava de uniformidade e simetria funcionais e que é impossível ser comparada ao que vemos hoje, nas administrações contemporâneas. Isto é, são funções bem discriminadas ou competências bem definidas obedecendo a um princípio de hierarquia. Isso porque não existia no direito público da monarquia, ou eram muito poucas, normas gerais regulando as atribuições de competência. Ao contrário, na legislação administrativa da colônia, encontrava-se um amontoado inteiramente desconexo. (Cf. Prado Júnior, 1963: 298).

Considera que, de modo geral, pode-se afirmar que a administração portuguesa estendeu ao Brasil sua organização e seu sistema e não criou nada de original para a colônia. (Cf. p.299). A respeito da vida social e política, primeiramente considera que a sociedade colonial antes se definirá pela desagregação, pela forças dispersivas, porque não há uma integridade do conjunto de seus elementos. Para o Autor, o único núcleo central organizado, mas degradado moralmente, é a escravidão, que redundará em relações sociais primárias através de duas funções que desempenham papel importante: o fator trabalho e o fator sexual. Sobre a escravidão enquanto sistema cultural ele afirma: *“O trabalho escravo nunca irá além de seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para o plano da vida mais elevado”* (Ibidem, p. 342). Caio Prado lembra que as relações sexuais do colono branco com a mulher escrava estavam muito longe de elevarem essa mulher a uma relação de dignidade e ascensão moral. Afirma que a função sexual da mulher escrava não ultrapassava o nível “primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente dita do amor.” (Ibidem, p. 342). Concorda com Gilberto Freyre, inclusive citando-o, que o escravo enchia o cenário brasileiro colonial, sobretudo na vida doméstica dos senhores de engenho, onde se encontravam as amas negras a criar seu filhos. Contudo, afirma que a sociedade colonial se manteve apenas por tênues laços materiais primários, econômicos e sexuais, não destacados de seu plano inferior. Enfatiza que as



relações sociais se estabeleceram como resultado imediato de aproximação de indivíduos, raças e grupos díspares que não ultrapassavam o contato elementar, mesmo tendo sido capaz de gerar a mestiçagem brasileira. Quanto à política lusitana no Brasil-colônia, considera que ela foi, antes de tudo, um negócio de Rei, isto é, todos os problemas políticos e administrativos aqui ocorridos eram abordados como estritamente financeiros. Para a política portuguesa, não havia aqui uma sociedade ou uma economia de que se ocupar, fosse embora em função de interesses portugueses, mas tão-somente de “finanças” a cuidar. (Ibdem, p. 362).

#### 2.1.4 OUTRAS CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Há de se verificar que Caio Prado assume de fato uma análise marxista no teor da obra referida. Existe uma teoria materialista da história, presente em seu trabalho. Baseando-se no escrito de Marx e Engels, intitulado Ideologia Alemã, Bertrand Russel<sup>6</sup> afirma que a teoria materialista se inicia exatamente com o processo de produção de uma época e considera como base da história a forma de vida econômica relacionada com essa forma de produção e por ela gerada. Mostra a sociedade civil nos seus vários estádios e na sua ação com o Estado. Além disso, a partir da base econômica, a teoria marxista explica ainda assuntos como a religião, a filosofia e a moral, e a razão do curso que seguiu a sua evolução. Em Caio Prado Júnior, podemos notar esse método e também um refinamento da interpretação embasada no materialismo histórico. Se, em Marx e Engels, a história é praticamente assumida como um processo racional, nesse Autor, a desorganização, o caos, a ausência de coerência do Estado lusitano não deixam de ser pontos constantemente levantados, ao invés de partir do pressuposto de que o estado português tinha propósitos bem definidos e racionais de exploração. Às vezes, sua análise chega a ter semelhança com a de Sérgio Buarque de Holanda, o autor de Raízes do Brasil, nesse aspecto. Outras vezes, chega a compar-

tilhar as opiniões de Gilberto Freyre, especialmente sobre a organização social do Brasil-colônia. Mas, é Caio Prado um Autor plenamente original em sua abordagem materialista da história do Brasil, diferente dos demais de sua geração, a exemplo desses acima citados. Ele não percebe o problema cultural como o determinante das dificuldades do Brasil. Ressaltando-se que, enquanto Gilberto Freyre é o saudosista dos momentos senhoriais (portugueses) do Brasil-colônia, Sérgio Buarque é aquele que acusa a mentalidade lusitana de ter sido incapaz de produzir uma civilização moderna no Brasil.

### 3. ANÁLISE HERMENÊUTICA

A partir da obra Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior, não se tem dúvida a respeito de seu modo de elaboração de enredo, que é a tragédia. Os argumentos se constroem num fio condutor que percebe, atrás ou dentro da sucessão de eventos contidos na crônica, uma estrutura vigente de relações ou um eterno retorno do mesmo naquilo que aparentemente se apresenta como diferente. É o que diz Hayden White sobre esse estilo<sup>7</sup>. Isso pode ser visto logo na Introdução da obra de Prado Júnior, quando afirma sua tese, nesse trecho:

*“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela (grifos nossos), destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (Prado Júnior, 1963: 25).*

Caio Prado também não se furta às reconciliações trágicas nas quais o Brasil ainda deve “sofrer” muito. É como se essas condições, da colônia até os nossos dias, estivessem declaradas como inalteráveis e eternas, pelo menos por um tempo indeterminado, implicando que, ao homem

não é possível mudá-las, mas cumpre agir dentro delas. No seu enredo, percebem-se os limites da história brasileira, que está baseada no tripé: latifúndio, monocultura e escravidão, deixando claro ao que se pode aspirar e o que se pode construir em termos econômicos e sociais para um patamar melhor do aquele em que o Brasil se encontra.

Leva o conflito a sério, como bom historiador trágico que é. Como Tocqueville, Caio Prado Júnior faz da história um realismo trágico, como se o mundo social e econômico, colonial brasileiro, estivesse entre dois abismos. É o colonizado alguém que se esforça por se elevar constantemente acima de sua condição animal. Pode-se perceber isso no trecho em que narra sobre a mulher escrava:

*“A outra função do escravo, ou antes da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contacto sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem”* (Ibidem, p. 342).

O modo de argumentação é mecanicista, porque as hipóteses do mundo observado são integrativas em seu objeto e são redutivas nas explicações assumidas. Verifica o ato dos agentes que povoam o campo histórico como manifestações de “agências” extra-históricas que têm suas origens na “cena” dentro da qual acontece a ação da narrativa. O modo de colonização português, baseado na escravidão, por exemplo, é visto como algo imposto e que determinou predominantemente os rumos do que hoje chamamos nação brasileira. Sobre isso afirma:

*“Finalmente os portugueses tinham sido precursores, nisto também, desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os*

*territórios que os forneciam. Adotaram-na por isso em sua colônia quase que de início - possivelmente de início mesmo -, precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século.”* (Ibidem, p. 24).

Apóia-se na busca de leis causais que determinam os resultados de processos descobertos no campo histórico brasileiro. Os objetos que supõe habitar tal campo histórico são interpretados como existentes na modalidade de relações de parte a parte, cujas configurações singulares são determinadas pelas leis que presume governarem suas interpretações. Veja-se o trecho a seguir:

*“O fio condutor que na complexidade dos fatos com que temos de lidar nos conduzirá ao mais íntimo da sociedade colonial para nele descobrirmos a origem de tais “forças”, que se manifestam exteriormente sobretudo por aquele mal-estar generalizado que assinaléi acima e que atinge toda a colônia, é a mesma infra-estrutura econômica descrita nos primeiros capítulos deste trabalho.”* (Ibidem, p. 358)

Sobre o modo de implicação ideológica, White (1995:205) afirma que esse tipo de estilo, mecanicista, não é exaustivamente descritível de um determinado rótulo ideológico (como liberal ou conservador) ou especificamente disciplinar (como, por exemplo, econômico). De fato, como o estilo de Caio Prado Júnior se assemelha ao de Tocqueville, pode-se afirmar que o do autor apreciado aqui é de um historiador radical, pelo fato de ter estudado a história do Brasil segundo leis causais que regem suas operações como processo. Além disso, o autor se comprometeu, implicitamente, com uma concepção a respeito da manipulação do processo social. Lembre-se de que Caio Prado esteve comprometido toda a sua vida com o Partido Comunista, do qual nunca quis auferir maiores posições hierárquicas. Lembre-se ainda de Florestan Fernandes que, nesse sentido, definiu o seu perfil como “a rebelião moral”. Ele significou, na teoria e na prática, uma forma moderna de se assumir materialista, tal qual Tocqueville. Sua vida e seus escritos bem refletem isso.

Quanto à figura de linguagem, a que predomina é a metonímia, porque define sua metodologia dialética como uma totalidade redutiva. Sobre a insistência na redução, escreve que escolheu uma parte da história do Brasil apenas, mas que é reveladora de todo um processo mais genérico. Então escreve: “*E se escolhi um momento dela (da história), apenas a sua última página, foi tão somente porque, já me expliquei na Introdução, aquele momento se apresenta como um termo final e a resultante de toda nossa evolução anterior.*” (Ibidem, p. 14).

## BIBLIOGRAFIA

- FERNANDES, Florestan. *A Contestação Necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Ática, 1995.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1964.
- IGLESIAS, Francisco (org.). *Caio Prado Júnior: História*. São Paulo: Ática, 1982.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1996.
- NOSSO, SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1980: *Memória e fotografia no Século 20: 1930 / 1945*).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- WHITE, Hayden. *Meta-História: a Imaginação Histórica do Século XIX*. 2 ed. São Paulo: USP, 1995.

## NOTAS

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Católica de Pernambuco, Mestra em Sociologia e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>2</sup>FERNANDES, Florestan. *A Contestação Necessária: Retratos Intelectuais de Inconformistas e Revolucionários*. São Paulo: Ática, 1995.

<sup>3</sup>São Paulo houvera sido dominado politicamente pelo Partido Republicano Paulista -P.R.P.-, uma vez que a República da época, aqui referida, desconhecia partidos nacionais.

<sup>4</sup>LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. São Paulo: Ática, 1992. p.314.

<sup>5</sup>PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia*. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1963. p.

<sup>6</sup>RUSSEL, Bertand. *O Materialismo Dialético*. In: *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1959. p. 350

<sup>7</sup>WHITE, Hayden. *Meta História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 26.